

A opção não é deles e eles não têm de se curvar

As primeiras reações ao discurso do presidente Figueiredo, inaugurando o programa de campanha eleitoral elaborado por seus ministros militares, dão a impressão, à primeira vista, de que não está sendo devidamente avaliada a gravidade da situação a que fomos conduzidos. Se essa impressão corresponde à realidade, então os riscos que corre neste momento o processo de abertura são ainda maiores do que pensamos.

Queremos acreditar, porém, que aqueles que estão analisando a fala do presidente como mais uma demonstração de sua fidelidade aos seus projetos democratizantes agem apenas por razões táticas. Avaliando devidamente os perigos que se acumulam nos horizontes políticos a partir do momento em que os ministros militares assumiram o comando do processo sucessório, dispõem-se a engolir quantos sapos forem necessários para não dar motivos para posteriores radicalizações.

Se é isso que está acontecendo, estão dando uma demonstração de prudência, sabedoria e bom senso salutar.

De fato, tomado isoladamente, não se levando em consideração a circunstância de marcar o início da execução do plano contido no documento que lhe foi entregue pelos ministros militares na última segunda-feira, o discurso do presidente poderia ser considerado como uma intervenção oportuna do supremo magistrado da Nação para, na sua função de árbitro, exhibir os cartões amarelos que costumam arrefecer o clima que pode levar à distribuição de cartões vermelhos.

A verdade, porém, é que não houve justiça alguma na exibição dos cartões amarelos. Os demônios que o presidente diz querer exorcizar na realidade não existem. O demônio que realmente existe, e vem aterrorizando as hostes do candidato situacionista, é o demônio da derrota eleitoral. E é esse demônio que os ministros militares acreditam que só poderão exorcizar por meio do plano que o presidente começou a executar com o seu discurso de quarta-feira.

O mais grave nisso tudo é a deliberada intenção que essa tática revela, da parte de quem a põe em prática, de simplesmente desconhecer a realidade que salta aos olhos de qualquer observador objetivo da cena política nacional.

O que os autores do documento se recusam a reconhecer é que toda essa mobilização popular que eles temem não é a favor de Tancredo Neves, mas contra Salim Maluf. E se faz, quase espontaneamente, depois da derrota da emenda das eleições diretas, porque o povo deste país sente instintivamente que é essa a única forma, legítima e democrática, de expressar aos membros do Colégio Eleitoral a vontade nacional.

"A Nação espera", diz o presidente Figueiredo em seu discurso, "e o Colégio Eleitoral necessita (grifo nosso) que o debate sucessório se concentre no exame da formulação e da defesa, por parte de cada candidato, de suas idéias, de suas metas, de suas plataformas de governo. Os membros do Colégio Eleitoral decidirão, repito, com base nas idéias e nas plataformas dos candidatos. Conhecendo-as, todos os brasileiros julgaremos o acerto de sua decisão".

Aí está todo o cerne da questão. Infelizmente, o que diz o presidente não corresponde à realidade, mesmo porque se correspondesse não haveria nenhuma razão para a ira desencadeada nos arraiais planaltinos pela debandada que se verificou nas hostes do PDS quando, na sua convenção, Maluf foi o vencedor. Vejamos o que diz o presidente em outro trecho do seu discurso: "Sempre procurei arregimentar apoios e consolidar vínculos somente com base na identidade de convicções e na coincidência de princípios democráticos e sociais". É verdade. Acontece, porém, que os que debandaram quando Maluf foi escolhido o fizeram justamente porque não sentem a menor identidade entre suas convicções e as do candidato — se é que ele tem alguma — e porque seus propósitos políticos não coincidem com os dele — e estes são bem conhecidos.

No mesmo espírito do presidente, antes da convenção fizeram todos os esforços para que o partido, por meio de consulta às suas bases, pudesse aferir qual dos candidatos eventuais se identificaria melhor com as convicções e os propósitos políticos predominantes nas bases. Nada mais democrático, nada mais apropriado a uma democracia como aquela que Figueiredo jurou implantar no Brasil. Mas nem isso lhes foi permitido. Como, então, acusá-los agora de desleais? Como não considerar perfeitamente dentro da lógica do presidente a atitude que adotaram?

A verdade é que o esperado pelo governo era que, fossem quais fossem as idéias e as plataformas de um eventual candidato, estivessem ou não as suas convicções iden-

tificadas com as da maioria dos membros do partido — e não apenas dos convencionais —, o Colégio Eleitoral se mantivesse, até o dia da sua decisão, com a mesma composição política do dia da sua criação: tantos votos para o governo (maioria) e tantos votos para as oposições (minorias), o que, evidentemente, teria transformado a vitória de Maluf na convenção na sua eleição para a Presidência da República.

Em qualquer país democrático onde prevalece o regime de eleição indireta — como nos Estados Unidos, por exemplo —, os colégios eleitorais são constituídos por meio de eleições populares na qual os eleitores, depois do "exame da formulação e da defesa, por parte de cada candidato, de suas idéias, de suas metas, de suas plataformas de governo", decidem a partir da conclusão a que os leve esse exame e votam em um membro do colégio eleitoral que terá apenas a função de homologar nesse organismo a vontade expressada por seus eleitores. Não ocorre, portanto, nesses países a estapafúrdia necessidade a que se refere o presidente Figueiredo, quando diz: "Conhecendo-as (as idéias e as plataformas dos candidatos), todos os brasileiros julgaremos o acerto de sua decisão" (do Colégio Eleitoral).

O que os milhões de brasileiros desejam com a mobilização em torno do candidato da oposição é evitar, tanto quanto possível, julgar depois não o acerto, mais do que provável neste momento, mas um eventual erro de decisão do Colégio Eleitoral, na forma de uma recusa a homologar a vontade nacional expressada da única forma possível nas circunstâncias atuais: os comícios populares. Porque, se isso viesse a acontecer, o novo presidente só teria uma possibilidade de governar: por meio do "transporte radical da união das Forças Armadas do campo das palavras para o das ações concretas", como está previsto no item dois dos Objetivos Parciais do plano "tático" dos ministros militares.

Será isso que esses ministros desejam? Será isso que o presidente que jurou fazer deste país uma democracia deseja?

E será tão difícil assim para esse presidente — que dedica dois parágrafos do seu discurso para praticamente pedir desculpas à opinião pública por ser o candidato do governo quem é, repetindo que "exigia o princípio democrático que me curvasse ao veredicto das urnas", que "a opção pelo nome ungido (que ele só pronunciou uma vez em toda a sua longa oração) não foi minha" e acrescentando que "lhe cumpre" apoiar o ungido —, será difícil, dizíamos, para esse presidente compreender benevolmente que o princípio democrático não exige dos 130 milhões de brasileiros, nem dos membros do Colégio Eleitoral, que, como ele mesmo diz, deve escolher em função de idéias e plataformas, que se curvem como ele e, por isso, também eles não fizeram a opção que ele não fez, e não lhes cumpre coisa nenhuma?

Ao que tudo indica não só é difícil como, a esta altura, impossível, depois da sugestão — aceita — dos seus ministros militares.

Como é difícil também para o presidente Figueiredo reconhecer aquilo que é óbvio: que os radicais a que se refere, que agitavam bandeiras vermelhas em Goiânia, não têm a menor expressão neste país e os únicos radicais que realmente preocupam, pela força que possuem, dada a sua aliança com a Igreja Boffista, não estão em "organizações clandestinas repudiadas pelo nosso sistema legal", mas agem por meio de um partido legal que não participou do comício de Goiânia pelo fato de que repudia a candidatura Tancredo e deseja a eleição de Maluf, que lhe interessa taticamente, embora também não seja essa candidatura uma opção sua.

Seria inútil, portanto, e sobretudo pouco inteligente, tentar reduzir a gravidade do momento que vivemos. Abstração feita do pano de fundo do documento dos militares, o discurso do presidente pode, efetivamente, ser considerado como mais uma reafirmação dos seus propósitos de aceitar o veredicto do Colégio Eleitoral. Mas, ainda assim, basta ler o trecho em que ele reafirma esses propósitos para se ter uma idéia do que está disposto a fazer, além de tudo o que os militares lhe pedem, para não ter de submeter-se novamente à exigência do princípio democrático: "Assim como assegurei a posse dos eleitos em 1982", diz ele, "garantirei o direito de voto no Colégio Eleitoral, livre de pressões e de constrangimentos ilegais". Em outras palavras, vamos ter novamente o general Newton Cruz em ação para evitar qualquer constrangimento ao eleitor que tenha a intenção de ceder à pressão que ora se desencadeia na área militar, mas tema o "julgamento de todos os brasileiros sobre o 'acerto' de sua decisão".

A esta altura só nos resta esperar que os Altos Comandos das Forças Armadas, convocados para hoje opinarem sobre o panorama sucessório, tenham o bom senso de pôr água na fervura.